



Cidade consensual, cidade insurgente: notas sobre o ativismo urbano no centro de São Paulo

Consensual city and insurgent city: considerations about the urban activism in São Paulo's city center.

Carlos Henrique Magalhães de Lima¹, Universidade de Brasília-UnB, carlos.lima@ufrj.br

¹ Arquiteto e Urbanista (FAU-UnB), Doutor em urbanismo (PROURB-FAU-UFRJ) e professor da FAU-UnB.

RESUMO

O presente artigo apresenta uma perspectiva particular sobre o ativismo na cidade tomando como universo de investigação manifestações críticas no espaço público que confrontam as atuais “práticas urbanísticas” (Farias Filho, 2010) incidentes na região central de São Paulo. Para conduzir essa leitura, propõe-se duas denominações na tentativa de identificar aspectos centrais dessas dessa disputa: a “cidade consensual”, vinculada predominantemente aos governos, empresas e instituições, que se refere à lógica de projeto e planejamento restritivas, centralizadoras e associadas sobretudo ao capital financeiro e imobiliário; e a “cidade insurgente” para tentar dar conta de parte das reações críticas a esses processos. Numa perspectiva teórica, duas figuras conceituais são destacadas aqui: o “consenso”, compreendida a partir de diversos teóricos, remete à supressão de características desejáveis da dimensão urbana, como a pluralidade e alteridade; o “dissenso”, remete ao ativismo, como alternativa agnóstica encampada por diversos coletivos engajados nessa questão. O que se procura levantar aqui são subsídios potenciais para ampliar a compreensão do atual campo de tensões que se desenha nesse trecho urbano enfrentando o desafio metodológico de identificar nas ações e discursos dos ativistas sua principal fonte de investigação.

Palavras Chave: ativismo, ativismo urbano, práticas urbanísticas, consenso, dissenso.

ABSTRACT

This article presents a particular perspective about the activism in the city, taking as a example the critical manifestations in the public space that confront the current "urbanistic practices" (Farias Filho, 2010) that prevails in São Paulo's city center. In order to carry out this reading, two denominations are proposed in an attempt to identify central aspects of this dispute: the "consensual city", predominantly linked to governments, companies and institutions, which refers to a logic of centralized planning associated with speculative capital flows; and the "insurgent city" wich refers to some of the critical reactions against these processes. In a theoretical perspective, two conceptual figures are highlighted in the work: the "consensus", as suggested by many theorists, refers to the suppression of desirable characteristics of the urban dimension, such as the plurality and the otherness; The "dissensus", refers to activism as an agnostic alternative embraced by several collectives engaged in this issue. What is sought to be raised here are potential subsidies to broaden the understanding of the current field of tensions in this urban stretch, facing the methodological challenge of identifying in the activist actions the main source of investigation.

Keywords/Palabras Clave: activism, urban activism, urbanistic practices, consensus, dissensus

INTRODUÇÃO

Atualmente, há tantas formas de compreender a metrópole quanto maneiras de abordá-la. São muitos e diversos, por exemplo, os estudos que tentam entendê-la a partir das ações coletivas e resistências que nela ocorrem. Com variadas ênfases, tais análises focalizam um espectro que vai dos movimentos sociais aos grupos reivindicatórios de questões como habitação e transporte. Há ainda análises dedicadas aos coletivos urbanos e às novas formas de ativismo que tomam corpo em seus espaços. O que se propõe neste artigo é apresentar uma interpretação de um tipo de ativismo urbano que se verifica hoje em diversas cidades brasileira e cuja principal característica é a estreita correlação com o urbanismo, o planejamento e a gestão urbana. Além disso, seus militantes elegem os espaços públicos como o lugar da disputa, colocando em prática ações de caráter cultural e eventualmente festivo.

O ativismo é considerado aqui como ação crítica cujo propósito é confrontar uma situação existente com a qual uma coletividade não pode estar conforme. Investiga-se neste trabalho uma forma de “ativismo urbano”² de caráter emancipatório e prospectivo, voltado para a experimentação e abertura de possibilidades nas diferentes esferas em que atua. Se considerarmos o universo das metrópoles brasileiras de hoje, será possível identificar um conjunto significativo de mobilizações contrárias a diversos projetos urbanos, leis de uso e ocupação do solo ou mesmo práticas sociais no espaço público. Apesar de muito contrastado e heterogêneo, o ciclo recente de manifestações nas metrópoles brasileiras revela (e questiona) o urbanismo e suas práticas correlatas, apontando diversos problemas, mas que podem ser andados em torno de alguns pontos fundamentais: a mercantilização dos lugares, a concepção homogênea dos espaços públicos e consequente anulação das diferenças que nele se manifestam, o controle ostensivo e a lógica militarizada que atualmente regem a vida urbana.

Esse ativismo se mostra tendencialmente contrário à lógica do empresariamento urbano (Harvey, 2012), à “cidade neoliberal” (Ribeiro, 2006) e demais denominações que apresentam uma forma de produção urbana que mal distribui seus benefícios. Reúne diversos atores coletivos que lançam mão de variadas formas de disputa na cidade sendo portanto um fenômeno de difícil conceituação, levando autores a questionar sobre as noções e categorias que enquadram essas resistências urbanas. Como já nos advertia Boschi e Valadarres (1982:133), ativismos e ações coletivas “[...] nem sempre finalizam num movimento social” e, com isso em mente, deve-se considerar que o arcabouço a respeito dos movimentos urbanos (Castells, 1974; Borja, 1981; Lojkin, 1981) não abarcam a totalidade as atuais ondas de protestos que vivenciamos (Mayer, 2006).

Por isso, algumas abordagens (Mayer, 2006, 2009, 2012; Ribeiro, 2001, 2006, 2009; Mouffe, 2012, 2014) procuraram formular empiricamente e teoricamente os processos sócio-espaciais em suas particularidades, oferecendo categorias específicas mais que uma noção ampla sobre o ativismo na cidade. Partindo desse referencial e enfrentando o desafio metodológico de considerar as expressões e manifestações ativistas na metrópole, este artigo focaliza as resistências que se formaram recentemente em torno das ideias e projetos para o centro de São Paulo. Sem

² São muitas as noções a respeito do ativismo urbano e não será proposta uma definição ou discussão sobre isso. Entretanto, é necessário sublinhar que, se para Ribeiro (2001), por exemplo, esse ativismo reúne lutas urbanas e lutas que ocorrem no urbano, mesmo que tenham se originado em outros lugares. No primeiro caso, há o exemplo dos movimentos por moradia; no segundo, a luta dos grupos indígenas. O que será focalizado neste artigo são lutas que emergem das contradições na cidade, conduzidas por coletividades específicas que disputam, nos espaços públicos, as narrativas dominantes que incidem sobre a metrópole.

desconsiderar o contexto de lutas urbanas ao qual está atrelado, o trabalho busca compreender as trajetórias dos grupos ativistas que vêm recentemente disputando espaço nesse conflituoso cenário. O Projeto Nova Luz (2005-2013) integra esse histórico e representa um ponto crítico nas ideias, no contexto político e na mobilização desses grupos, que se dedicaram recentemente a apontar problemas e incongruências presentes na proposta.

Teoricamente, são apresentadas aqui duas denominações contrastantes identificadas com esferas e atores distintos. Por um lado, a noção de uma “cidade consensual” representada pelo Projeto Nova Luz e aqui vinculada às esferas “hegemônicas” – atores como o Estado, grupos empresariais e instituições; por outro, uma ideia de “cidade insurgente” formada pelos ativistas urbanos e que é tendencialmente oposta à tal hegemonia, pois revelam as contradições que estão presentes em seu discurso sobre a cidade.

A cidade consensual se vincula analiticamente a diversos autores que interpretaram o “consenso” no âmbito do projeto e do planejamento como um mecanismo atrelado ao empresariamento financeiro das cidades (Arantes, 2000; Vainer, 2000), à espetacularização urbana (Jacques, 2009) ou a produção de um urbanismo contemporâneo genérico (Fernandes, 1999). Vainer (2013 [2000]: 117) escreve que, no planejamento, o “consenso” não é o resultado “[...] do contraditório, do confronto de interesses divergentes e de sua negociação; ele está posto naturalmente, pelo compartilhamento de uma experiência urbana suposta comum e indivisível”.

Ou seja, longe de representar um acordo pacífico que contempla todas as partes, o “consenso” é a supressão das diferentes percepções de mundo e que portanto é também a supressão da política (Rancière, 1996: 214). A interpretação que deriva dessa ideia geral é que esses consensos urbanos funcionam como o mecanismo que supõe uma experiência conjunta comum a despeito da plethora de conflitos que a cidade apresenta. Semelhantemente ao que propuseram Britto e Jacques (2009), sugere-se que os ativistas que atuam na região central de São Paulo ocupam espaços públicos de modo dissensual e conflitivo. Denunciam o total desacordo que há entre a imagem urbana “consensualizada” pelos discursos oficiais do Projeto Nova Luz e aquela que se manifesta no cotidiano.

Essa imagem “consensual” circula não apenas nos projetos de cidade, mas revela-se em variadas técnicas de controle do território. O centro de São Paulo apresenta uma atmosfera regulada pela convergência entre projetos urbanos, práticas de vigília e policiamento ostensivo associadas ao combate ao tráfico de entorpecentes – especialmente o crack – e, agravadas pela lógica do enclausuramentos de moradores de rua e usuários de drogas. Por isso, será feita referência aqui ao termo “práticas urbanísticas” (Secchi, 2006; Farias Filho, 2010) pois não se trata apenas da disciplina do urbanismo, e sim do conjunto de ações e ideias dispersas que circulam em determinado contexto, influenciando projetos urbanos e muitos discursos sobre a cidade, o que afeta também as suas formas de planejamento e gestão. Para Farias Filho (2010: 3), a prática urbanística “[...] acomoda um conjunto específico de princípios, métodos, estruturas organizacionais, mecanismos institucionais, proposições e realizações.”

Metodologicamente, os discursos e as experiências dos ativistas, envolvendo a análise de ações e documentos, ocupam lugar central nessa abordagem. Foram essas vozes que motivaram e forneceram subsídios para as observações aqui apresentadas, não o oposto. Considerando os limites da abordagem, este trabalho procura entender uma forma de ativismo que ressoa atualmente no ambiente de lutas urbanas no país, configurado por coletivos que atuam “nas ruas” por uma cidade mais justa e diversa. A leitura das contradições que práticas consensuais do urbanismo pretendem apagar, pode oferecer recursos analíticos e teóricos que sustentem

abordagens mais plurais e complexas para o planejamento urbano, urbanismo e gestão urbana, bem como para os desafios que se apresentam no horizonte atual das metrópoles brasileiras.

PRÁTICAS URBANÍSTICAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO: ENUNCIADOS E SENTIDOS DO CONSENSO.

Como sabemos, dispersão e esvaziamento de centros urbanos se ligam à lógicas que envolvem, além de ciclos sucessivos de ascensão e declínio da atividade econômica – como o surgimento de novos e mais importantes núcleos metropolitanos –, questões de planejamento que influenciam diretamente na regulação do solo. Na área central do município de São Paulo, núcleo importante da região metropolitana, vêm sendo travadas disputas políticas nesse sentido. O Projeto Nova Luz (PNL), iniciado em 2005 e suspenso em 2013, foi objeto de disputa envolvendo atores do poder público e da sociedade civil, organizada de formas diversas: ONGs, associações de moradores e comerciantes, movimentos sociais e ativistas.

Ainda que cada segmento enfrentasse o problema de uma perspectiva particular, todos os discordantes são unânimes em afirmar que o PNL era uma proposta voltada sobretudo para a valorização imobiliária da região e que pouco considerava as práticas sociais pré-existentes. Por outro lado, as ideias aventadas pelo poder público entendiam o centro como trecho edificado que alegadamente se tornou obsoleto, necessitando de uma nova configuração que aumentasse a população da área sem expulsar os atuais residentes. Partindo de tal premissa, o PNL se insere numa continuidade de projetos urbanos que vem sendo desenvolvidos para a área, todos com o propósito de reabilitá-la, o que vem provocando discussões acirradas e mobilizações civis de variada intensidade. Na impossibilidade de realizar um histórico sobre a área, cabe ao menos sublinhar alguns pontos dessa trajetória.

Já em meados da década de 1950, alterações intra-urbanas iniciaram um ciclo de transformações econômicas na cidade, fazendo emergir os primeiros edifícios do polo da Avenida Paulista e Rua Augusta. Iniciou-se um adensamento crescente dessa região e na década seguinte a área passou a ser referida como “novo” centro, descrito por Vilaça (2001 [1998]: 265) como “atomizado, fragmentado, expandido e constituído por uma nuvem de áreas especializadas, misturado com vários tipos de áreas residenciais.” Na década de 1960 há um duplo movimento: por um lado a inauguração do Terminal Rodoviário Luz dinamizou a circulação de pessoas na região e contribuiu para que se formasse e fosse mantido ali uma rede de comércio e serviços; por outro, as classes mais altas afluíram do centro em direção à outras áreas, o que foi fortalecido por novos vetores de crescimento imobiliário.

Ainda nos anos 1960, houve mudança das sedes de governo estadual e municipal e alteração nas dinâmicas econômicas, trazendo impactos na tipologia edilícia do centro, conferindo-lhe uma nova configuração (Kara-José, 2010). A década é também marcada pelo crescimento urbano apoiado no “rodoviarismo”³ e a cidade passa a se expandir numa lógica radio-concêntrica. O crescimento urbano em franjas cada vez mais distantes de seu núcleo urbano original gerou aumento dos deslocamentos na região metropolitana e o centro acabou se tornando um lugar de passagem. A grande concentração de veículos e pedestres na área passou a ser ponto negativo na dinâmica urbana, o que limitava certos usos e atividades (Kara-José, op.cit.).

³ Trata-se do privilégio de circulação de veículos via construção de infraestrutura para transporte sobre pneus.

A construção do Terminal Rodoviário do Tietê alterou a dimensão econômica e social do centro urbano, embora tenham se mantido ali alguns polos importantes de comércio, como o da Rua Santa Ifigênia. A construção do metrô aumentou a concentração de pessoas na região. Também cresceu a transferência de moradores, do comércio e dos serviços de mais alta renda para o sudoeste da cidade. Foi daí que o centro passou a reunir tipos de comércio e serviços mais populares e quando iniciou-se a trajetória de projetos com o intuito de requalificá-lo (Martins, 2011).

As ideias de “requalificação, revitalização e reabilitação urbana” passaram a ser administradas em contraponto aos “[...] preceitos de intervenção e planejamento”. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, diferentes diagnósticos pautaram iniciativas de revitalização para a área que mencionam recorrentemente termos como obsolescência e popularização. Também são consideradas manifestações de seu declínio a fuga de pessoas e de capital, o “[...] esvaziamento, congestionamento, estagnação e má conservação” (Motisuke, 2008: 86). Naquele momento, havia a ideia de que o centro estava “emperrado” sendo necessário modificar sua dinâmica em favor de um desenvolvimento paulatino e positivo.

Na década de 1980, o quadro de crise econômica e o crescimento da dívida externa durante o regime militar tiveram impacto nas finanças do município, reduzindo a capacidade da Prefeitura de conduzir obras de maior vulto. A extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH) nos anos 1980 foi significativa, pois deixou-se de aportar recursos para produção de moradia de classes médias e baixas (Maricato, 2007 [2001]). Com isso, a militância urbana se mobilizou diante da escassez de moradia dando origem a movimentos que ainda hoje vigoram na defesa desse direito urbano. Nesse momento, as parcerias entre o poder público e o capital privado começam a ganhar novos contornos via flexibilizações legislativas, incentivos fiscais e tributários. É quando surge o instrumento da Operação Urbana Consorciada⁴, introduzido pelo Plano Diretor de São Paulo, em 1985. Em síntese, trata-se da “cessão de benefícios urbanísticos que atraíssem investimentos por parte do setor privado”, tendo em vista a capacidade limitada do poder público de fazê-lo (Motisuke, op. cit.: 90).

A noção geral de que o centro precisa ser revitalizado ganha status de consenso, fortalecido por meio dessa associação entre empresas e poder público. A tônica discursiva desse consenso gira em torno da reabilitação urbana por meio de equipamentos culturais e da produção de moradia, capazes de abrir frentes para o capital imobiliário. O instrumento da Operação Urbana permite integrar intervenções, sendo considerado uma inovação na forma do poder público induzir o desenvolvimento urbano. Operações desse gênero visavam sobretudo a reurbanização, o adensamento habitacional e a renovação de espaços públicos, tendo como pressuposto o quadro estagnado e de deterioração de uma área.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região central perdeu 70 mil habitantes ao longo da década de 1980⁵. Entretanto, dados recentes levantados por movimentos sociais de moradia e pela própria associação de moradores que refutam o PNL mostram um afluxo considerável de pessoas para a área na última década, o que, segundo ativistas, levou setor imobiliário e poder público a agirem orientados por esse fenômeno. A ideia

⁴ Lei Municipal 14.917/09, instrumento indutor previsto também no Estatuto das Cidades, lei 10.257/01 como Operação Consorciada de Concessão Urbanística.

⁵ Levantado por Kara-José (op.cit). A autora considera na amostragem os Distritos Bela Vista, República, Santa Cecília, Liberdade, Consolação, Sé, Cambuci, Brás, Bom Retiro e Pari.

de um centro mais 'elitizado', impulsionado pelo capital econômico e a valorização imobiliária conferem impulso às práticas urbanísticas, agora sintonizadas com um ideário de cidade global, da qual São Paulo almejava fazer parte (Ferreira, 2003).⁶

O PROJETO NOVA LUZ E SUAS CONTRADIÇÕES

Aprovado⁷ em abril de 2012, o PNL foi desenvolvido, principalmente, na administração municipal de 2006 à 2012. Seu propósito é reinserir um trecho do centro de São Paulo no circuito econômico da cidade e atender a crescente demanda por moradia. A parceria público-privada feita pelo instrumento da Concessão Urbanística foi a estratégia adotada. Segundo a cartilha do projeto, o que se busca com sua implantação é "diversificar os usos instalados, intensificando o uso residencial e mantendo a dinâmica da região."⁸ (prefeitura.sp.gov.br). O documento considera ainda que o PNL procura elevar a "qualidade do ambiente urbano, com objetivo de ampliar o uso residencial, oferecendo mecanismos que possibilitem a permanência dos atuais residentes e atraindo novos moradores [...]", além de consolidar o atual comércio da região e trazer novos negócios e atividades econômicas para o centro (prefeitura.gov.sp.br).

O Consórcio Nova Luz, vencedor da licitação de 2009, é integrado pelas empresas Concremat, City, Aecom e pela Fundação Getúlio Vargas (FVG). O projeto que propuseram se baseia em quatro diretrizes principais: a) preservação do patrimônio construído; b) incremento da área residencial e aumento da densidade demográfica no bairro; c) consolidação da área destinada ao interesse social; d) criação de uma rede de espaços públicos. Por meio dos instrumentos urbanísticos, agenciam-se os imóveis que serão objeto de restauro ou licitação e propõem-se novos padrões de uso, definindo a localização das atividades e a proporção dessa ocupação.

Nos termos da lei da Concessão Urbanística a Prefeitura declara de utilidade pública os imóveis localizados na área do projeto e, após licitação, delega à pessoa jurídica ou consórcio de empresas a possibilidade de desapropriação desses imóveis e o pagamento correspondente por essa ação. O investimento é recuperado de diversas formas: pela comercialização dos imóveis desapropriados e reformados; por meio das novas construções executadas; pela exploração de áreas públicas; pela receita de projetos associados e outros benefícios que possam resultar dessa "transformação urbana" – designação genérica para intervenções desse tipo no perfil urbano.

Não só na experiência brasileira, mas em diversos países, o compartilhamento de receitas e a maneira como será feita a intervenção são tópicos sensíveis desse tipo de parceria (Maricato e Ferreira, 2002). A previsão de lucro para o concessionário e o modo pelo qual é compartilhada a rentabilidade advinda dos benefícios da transformação urbana acionam aspectos importantes na condução de políticas públicas. Qualquer dissimulação a esse respeito pode acarretar em contraditórios de todo tipo. Não há problema aí, pois o contraditório é natural de toda ação

⁶ José Whitaker Ferreira (2003), apresenta o mito que essa ideia representa. Para o autor, a cidade não tem histórico semelhante ao de demais pontos nodais do centro econômico e financeiro mundial, cujas características podem ser resumidas na desindustrialização do setor primário, seguida do incremento do setores terciário e financeiro. Segundo o autor, nas metrópoles do terceiro mundo, a ideia de uma cidade global gera desigualdades sociais consideráveis, pois seu desenvolvimento é pautado por planos urbanísticos homogêneos implicados num planejamento neoliberal.

⁷ Rolnik (2011) situa um problema de saída a esse respeito, pois no caso da Nova Luz a "maneira de executar" antecede "o que vai ser feito propriamente", sendo que o objeto, a intervenção, foi licitada antes mesmo do projeto.

⁸ Prefeitura do Município de São Paulo, Cartilha resumo do Projeto Nova Luz, 2012. Disponível em: novaluzsp.com.br, acesso em 11/11/2016.

pública, ainda mais se considerarmos a dimensão de um projeto como o PNL. Não é de se estranhar as muitas e variadas reações que sofreu por parte de associações, profissionais e ativistas. O PNL prevê a demolição de ao menos 30% da área inscrita no polígono, sem deixar claro a forma pela qual se pretende garantir o direito da população que trabalha e reside na região.

Segundo Rolnik (2011), “um dos pressupostos deste projeto é a liberação de espaço para novas construções e não o desenvolvimento de uma estratégia para melhorar o que já existe.” Para Feldman e Leme (2009), a concessão urbanística é um instrumento que reduz de forma drástica o papel do poder público no agenciamento urbano e, nesse caso, pode até mesmo destruir um dos bairros centrais de São Paulo. A área da concessão abrange 45 quadras entre as avenidas São João, Duque de Caxias, Mauá, Casper Líbero e Ipiranga. Isso corresponde a 30 ha na região de Santa Ifigênia, local de grande diversidade urbana e com imóveis tombados pelo patrimônio. Há quase meio século, esses bairros abrigam atividades econômicas diversificadas como pequenos comércios, restaurantes, hotéis e indústrias de confecção. Segundo dados da prefeitura⁹, possui cerca de sete mil moradores de diferentes extratos de renda, o que significa densidade populacional e significativa diversidade. Isso exige parcimônia na condução de qualquer projeto para a área, que pode vir a ser significativamente reconfigurada por novos usos e edificações (Feldman e Leme, 2009).

A gestão municipal iniciada em 2013 encontrou fragilidades a respeito da desapropriação dos imóveis, e em janeiro do mesmo ano o Projeto Nova Luz foi suspenso por determinação do Poder Judiciário. A Ação Civil proposta pela Defensoria Pública do Estado pedia a anulação da aprovação do Plano e a paralisação do Projeto. Segundo Genghini (2013: 49), “as principais teses acolhidas pelo Poder Judiciário versavam principalmente sobre o atraso na formação dos conselhos populares bem como limitação na introdução de propostas dos moradores no seio do projeto.” O texto da decisão¹⁰ ressalta que a situação atual é de constante desrespeito por parte da Prefeitura Municipal “[...] para com a exigência constitucional e infraconstitucional de necessidade de participação popular nos processos deliberativos relativos às políticas públicas de habitação”.

Sublinha-se que o mecanismo da concessão urbanística vem sendo empregado em contextos de áreas que alegadamente atravessam declínio urbano, sendo geralmente caracterizados de formas vagas e gerais. Por meio do PNL, governo e empresas formularam uma ideia genérica de que o centro precisa ser revitalizado, diminuindo os sentidos e percepções a seu respeito. Ao se enfatizar imagens de degradação de um espaço urbano, busca-se anular a diversidade social e a pluralidade de experiências encontradas ali. A ideia de que o centro estaria degradado, abandonado, tomado de traficantes e viciados é um dos grandes “consensos” nessa questão e vinha legitimando a ação do poder público – com amplo amparo midiático e social – justificando assim uma série de políticas e ações (Rui, 2012)¹¹.

⁹ Base de dados da Prefeitura de São Paulo, segundo amostragem do bairro do Censo de 2010. Disponível em: prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos. Acesso em 13/11/2016.

¹⁰ Cf. raquelrolnik.files.wordpress.com/2012/06/pd_documento1339027776966.pdf. Acesso em 13/02/2016.

¹¹ Taniele Rui (ibid) conduziu uma pesquisa etnográfica em que problematiza a questão por meio da figura que identifica como “nóia”: aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical [...]” (ibid: 9). Portanto: “Se da perspectiva das interações concretas trata-se de uma categoria bastante plástica, quase inalcançável; é instigante o fato de que tal plasticidade some quando se fala publicamente do uso de crack: imediatamente é essa figura que emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático e sanitário.

Essa ideia de “consenso” aparece referida em diversas revisões críticas sobre a cidade contemporânea, associada à formação de espetáculos urbanos (Jacques, 2009); à máquina de crescimento urbana e de um pensamento único sobre a cidade (Arantes, 2013 [2000]); ao acoplamento da engrenagem neoliberal na esfera do planejamento, conforme nos apresenta Vainer (2013 [2000]); ao pensamento de uma espécie de urbanismo genérico difundido na cidade contemporânea (Fernandes, 1999). Garcés (2011) se refere à cidade consensual como aquela onde tudo é possível, mas nada pode ser transformado, uma vez que, por meio do consenso alimenta-se a ideia de haver apenas um futuro possível pra a cidade no horizonte, não havendo nada a se resolver além do que já está determinado no âmbito democrático.

Estas leituras sugerem que, em sua versão “consensual”, as práticas do urbanismo se convertem na mera administração da vida pública por meio do controle, da anulação da diferença, da supressão de identidades e das próprias expressões locais. Proponho que essa “cidade consensual” é construída a partir de pactos restritivos e por isso desarticula possibilidades efetivamente coletivas de futuro. As determinações do consenso reprimem os desejos de diferentes coletividades e de seus modos de fazer e usar a cidade.

Sugere-se aqui o PNL apresenta fortes consensos e deles necessita para se afirmar. A “cidade do consenso” referida aqui não é uma noção ou conceito, mas uma denominação empregada para se referir a um conjunto de práticas urbanísticas restritivas, de acordos parciais elaborados no âmbito de empresas e instituições, açodado por operações de controle e coerção e que visam abrir frentes destinadas sobretudo ao capital financeiro imobiliário. Com isso, forma-se uma “gestão diferencial” desse espaço, fruto da combinação da agenda policial e urbanística (Rizek, 2015). O cotejamento entre os discursos e expressões contrárias à projetos como o PNL e os escritos e teorias destinadas ao tema fornecem uma imagem urbana “única”, cuja trajetória parece desenhada sem qualquer problematização.

A CIDADE DO CONSENSO E A MÁQUINA URBANA

Já na virada do séc. XXI, Arantes (2000) associa a noção de consensos à ideia da “máquina de crescimento urbano” proposta por Harvey Molotch na década de 1970. Em linhas gerais, essa “máquina” é descrita como as coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, conduzida também por profissionais que atuam com vistas aos benefícios e dividendos resultantes das possibilidades econômicas dos lugares. As práticas urbanísticas formuladas com esses pressupostos servem para dar livre curso aos fluxos de crescimento e valorização financeira, expandindo a economia e aumentando a riqueza. Segundo a autora,

“a fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço [...] torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc.” (Arantes, 2013 [2000]: 27)

A autora argumenta que as coalizões rentistas procuram converter em dado natural a convicção de que as cidades servem não apenas como um negócio, mas para os negócios. E não é difícil identificar nas metrópoles contemporâneas as desigualdades sócio-espaciais decorrentes desse crescimento. Com isso, adota-se uma estratégia em que não se propõe considerar as estratificações vigentes, mas que alegadamente pretende contrabalançar as iniquidades, inserindo os lugares numa dimensão produtiva em que benefícios sejam compartilhados. A retórica consensual faz com que se construa equipamentos e se invista em áreas muito específicas das

idades de modo que as zonas favorecidas incorporam esse capital, forjando não somente seu futuro privilegiado, mas reduzindo o futuro das áreas menos favorecidas. (Logan e Molotch, 2007 [1987]: 258)

Do ponto de vista dos modelos urbanísticos, Arantes (2013) argumenta que são repetidas as variações em torno dos mesmos princípios, como a metamorfose do 'cultural' que foi se tornando cooperativo no âmbito do capitalismo flexível. A crítica de Arantes reforça a ideia do espetáculo urbano apresentado por Ribeiro (2000) que faz da cidade um lugar de inovações construídas no desenraizamento do tecido social e das relações que se mantêm no espaço. Com esse propósito, promovem-se intervenções vultosas na cidade, afirmadas e legitimadas pela propaganda. A imagem urbana se torna sintética, isto é, pretensamente capaz de exprimir de modo convincente a ideia de uma cidade única e indivisa.

Para Sanchéz Garcia (1997), a lógica consensual está diretamente atrelada ao discursos dominante e hegemônico por meio dos quais se manipula intensamente a associação entre a positividade do lugar e a suposta identidade social coesa, mesmo quando a realidade cotidiana da cidade, "[...] com suas contradições e conflitos sociais no espaço, encontra-se em franco contraste com as qualidades presentes na imagem construída" (ibid: 67).

Assim sendo, forma-se o que Fernandes (1999: 44) apresenta por "uma espécie de língua geral da cidade contemporânea", dada a naturalidade pela qual um tipo determinado de padrão espacial é assimilado nos modos e formas de intervenção urbana, mesmo que os campos da prática social sejam carregados de tensões e de conflitos – por isso, dificilmente "lisos e homogêneos" (idem). Os consensos no discurso urbanístico contemporâneo tem efeitos consideráveis sobre a cidadania e o direito coletivo à cidade, "particularmente no que tange ao espaço público" (idem).

Para a autora (op.cit.: 45), a trajetória conceitual desse urbanismo de consenso dá origem a projetos que levam em conta os processos dominantes e hegemônicos de estruturação da vida urbana, "que cada vez mais tende a convergir em torno de uma urbanidade ideal, banalizada e controlada num conjunto de ações e de práticas de intervenção dificilmente diferenciáveis a partir de seus enunciados". Fernandes (idem) destaca ainda que tendencialmente se assume "uma visão estável e edulcorada do espaço público, onde o espaço do conflito é subtraído e travestido em espaço do consenso."

As abordagens sobre os consensos urbanos sugerem que há um conjunto de normas, ideias e modelos implicados num pensamento hegemônico e dominante sobre a cidade. Esse pensamento está sendo considerado aqui pela denominação mais ampla de práticas urbanísticas consensuais, e pelo termo particular "urbanismo de consenso". Proponho que sua lógica de estruturação opera muito próximo daquilo que Rancière (2005: 9-10) denomina como "máquina consensual", que é construída na supressão da diferença e, portanto, na ausência da política, e que sugere haver uma realidade a ser encerrada pelos signos, criando "[...] um espaço que deixe de estabelecer limites, um tempo que deixe de nos fornecer imagens."

O consenso nos espaços públicos suprime a diversidade de interações coletivas pois está reduzido à determinações de grupos dominantes e hegemônicos. O discurso das hegemonias sobre a cidade quer fazer supor que ela esteja unificada em torno de um só projeto coeso e legítimo, e que deverá ser aceito por todos para poder prosperar (Vainer, op. cit.: 91).

Por outro lado, esse processo não ocorre sem contradições e resistências, as mais diversas. Dentre elas, pode-se situar a ação de coletivos ativistas que vêm desempenhando papel crítico e

transformador em relação a esse ideário consensual imposto à cidade. O PNL despertou um ciclo de manifestações recentes que passo a descrever brevemente adiante. Um tipo de ativismo que faz das ruas o lugar da política, mostrando que não há espaço privilegiado para seu exercício (Rancière, 2011: 4). O ativismo desses grupos torna-se um meio de despertar consciências e colocar as ações em movimento, mais do que assegurar condições supostamente estáveis e permanentes de convívio sob a égide da hegemonia.

A denominação “cidade insurgente” foi proposta para se referir a um conjunto de práticas ativistas que se desenham atualmente em diversas metrópoles brasileiras, e que tem em São Paulo um ponto considerável de acumulação¹². Esses grupos empregam estratégias e táticas diversificadas, oferecendo novos panoramas para os lugares em que atuam. Contribuem, por isso, para pensar os dissensos que deveriam caracterizar qualquer ideia de espaço público. Esse ativismo tende a tornar as ruas um lugar da experiência coletiva da alteridade, ampliando as percepções a respeito da cidade. Pois, enquanto a construção de consensos nas práticas urbanísticas se mostra “uma forma ativa de despolitização, o desentendimento, ou a construção de dissensos, seria uma forma de resistência.” A cena ativista em São Paulo reúne movimentos de variada datação histórica, com movimentos sociais dividindo espaço (e fortalecendo a luta) de coletivos ativistas. Esse cenário rico e diversificado perturba as imagens urbanas que os consensos tentam forjar e contribuem para pensar a diversidade urbana em termos mais amplos e irrestritos.

CIDADE INSURGENTE: O CENÁRIO DE ATIVISMO URBANO NO CENTRO DE SÃO PAULO.

A cena de ativismo em São Paulo é uma das mais intensas do país. São diversos os coletivos que compartilham princípios e práticas dentre os quais pode-se citar: o Movimento Baixo Centro, Arquitetura e Gentrificação, Assalto Cultural, A Batata Precisa de Você, Casa Latina, Casa da Lapa, Casarão do Belvedere, Casa Rodante, Coletivo BijaRi, Coletivo Cartográfico, Contra-filé, Sistema Negro, Terreyro Coreográfico, Wikipraça e Política do Impossível.¹³ Os coletivos que disputam espaço na cena política da cidade muitas vezes o fazem a partir do coletivismo. São pequenos grupos de resistência ativa e não violenta que privilegiam ações culturais e atuam pelos princípios da não-hierarquia e da horizontalidade, guardando também certa distância em relação à governos e instituições.

Esses ativistas não formam necessariamente uma rede, pois não é sempre que mantém interações entre si. No fundo, elaboram ações contínuas que carregam signos, identidades e conteúdos políticos próprios, mas que podem ser compartilhados a depender dos tipos de problemas que venham a enfrentar. Quanto à questão do centro de São Paulo e do PNL, alguns grupos se destacam no conjunto dessas insurgências dissensuais, os coletivos Política do Impossível (PI) e

¹² Dentre muitos outros, ativistas do Ocupe Estelita (Recife), Ocupa Golfe (Rio de Janeiro), Praia da Estação (Belo Horizonte), Ocupe Parque Augusta, Associação Parque Minhocão, Movimento Baixo Centro (estes últimos em São Paulo) questionaram leis e atributos de projeto urbano para áreas que alegadamente sofriam assédio do capital imobiliário. A movimentação solidária desses sujeitos vem contribuindo para demarcar e inscrever demandas sociais, além de ampliar e dar novos sentidos ao terreno das lutas urbanas, chamando atenção de autoridades e promovendo eventos culturais nos espaços onde atuam.

¹³ Cf. Wisnik, G. “O ativismo urbano e valor de uso do espaço público.” Folha de São Paulo, São Paulo, 15 de dez. 2015. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml. Acesso em 15/11/2015. O texto traz um debate sobre o assunto, ampliando percepções a respeito da problemática urbana relacionada aos espaços públicos e a emergência de novas possibilidades de uso propostas por ativistas jovens engajados em sua transformação.

Movimento Baixo Centro (BxC), duas agregações autogestionárias que recentemente problematizaram a cena política no centro da cidade.

Diante de práticas urbanísticas restritivas e consensuais, o PI procura vislumbrar uma “situação” e um estado de percepções sobre as ruas, mais do que sua configuração ideal. Segundo uma publicação do grupo, a “dimensão subjetiva da construção do público” em que se relacionam o “invisível”, o “sonhado” e o “frágil” são justamente as “situações” que rompem o “estado de confinamento” identificado por eles no atual centro urbano da cidade. O PI propõe ações coordenadas entre coletivos para forjar “cidades possíveis” e assim romper com os circuitos fechados que obliteram a imaginação futura – muitas vezes modulada por atores hegemônicos como os agentes imobiliários e setores do poder público.

O PI realiza ações simultâneas influenciadas por territórios, tempos e pessoas. Nesse percurso, seus integrantes assimilam influências teóricas variadas, entre as quais destaco a ideia de que existe uma “situação de exceção” no centro de São Paulo, e que está associada ao modo pelo qual sucessivos governos, em íntima associação com o capital financeiro, impõe leis e acordos restritivos para uma parcela da sociedade. Segundo PI, as percepções e hábitos a respeito do espaço são produzidas de forma homogênea e segmentada, permeadas por preconceitos e discriminações. Por isso, apresentam a ideia de “fábrica do consentimento” como o modo pelo qual ideias, expressões e relações se infiltram no cotidiano por meio dessas formas discursivas, seja por meios oficiais e midiáticos, ou mesmo pelo hábito e consciência coletiva nos espaços públicos.



Figura 1. Ação “Traga sua luz”, realizada em 2008. Fonte: Política do Impossível.

A ação “Traga a sua luz”, realizada em maio de 2008, é muito representativa no universo de intervenções do grupo. No momento em que o governo iniciou as primeiras demolições em Santa Ifigenia, demandadas pelo PNL, o grupo convidou as pessoas para as ruas, reunindo um grupo com dezenas de integrantes que percorreram espaços assediados pela ação urbanística, com terrenos baldios onde antes havia comércios e residências¹⁴. Em síntese, o PI propõe lançar nova luz ao

¹⁴ Um vídeo a respeito da ação pode ser conferido no site YouTube. Ver: [youtube.com/watch?v=w0AyEYK3vPM](https://www.youtube.com/watch?v=w0AyEYK3vPM), acesso em 29/11/2016.

de debate sobre o centro, evidenciando o que os atores hegemônicos querem evidenciar e dando novos sentidos ao debate. Nessa empreitada não estão sozinhos e um dos grupos mais destacados nessa cena ativista é o Movimento Baixo Centro.

O BxC iniciou suas atividades mais recentemente, mas também carrega questões que são centrais para compreender o jogo de forças que se manifesta no centro de São Paulo. O coletivo foi organizado em 2011 de forma colaborativa, horizontal e independente com o objetivo de construir uma “plataforma” de ação: uma rede aberta que não se restringe a ativistas, mas envolve pessoas interessadas em se engajar nos temas pelos quais militam. O BxC foi fundado e hoje é formado por jovens com idade média de 25 anos. A maioria trabalha com programação digital e informática nos setores de audiovisual, internet, design, artes, arquitetura, dentre outros. Muitos moram na região central de São Paulo, o que os torna mais sensíveis à problemática que pretendem enfrentar.

A ideia do BxC é que a “plataforma digital” funcione como um dispositivo capaz de criar uma cultura de ocupação das ruas. Nesse sentido, não são manifestantes, na acepção mais corrente do termo. Seu repertório de ação é relativizado nos intercâmbios e trocas que se realizam na ocupação das ruas. Em vez de uma associação pontual, conjunta e de mesmo sentido, os ativistas pensam em ações contínuas e descentralizadas que obedecem princípios geradores capazes de sustentá-las.

O BxC desenvolve um projeto amplo para ressignificar a região central da cidade de São Paulo, mais especificamente, entre os bairros Santa Cecília, Vila Buarque, Campos Elísios, Luz e Barra Funda. O grupo defende a tática de “ocupação civil” com o propósito de “fissurar, hackear e disputar as ruas” da cidade (baixocentro.org). Para isso, investem na produção associativa livre e sem a interferência de organizações, como ONGs, empresas, ou o próprio governo.

O BxC surgiu num momento em que políticas para o centro de São Paulo se acirravam de maneira crônica. Segundo relatos do grupo, os movimentos sociais por moradia vinham sendo prejudicados pela ação direta do judiciário, já que as decisões são geralmente tomadas a favor dos proprietários de imóveis¹⁵. Havia ainda a criminalização de usuários de drogas e populações de rua, além da ameaça de remoção de moradores e comerciantes do centro. Esse clima de instabilidade contrastava como as ideias para o bairro apresentadas nos projetos urbanos que pretendiam revitalizá-lo. Ideia que soava absurda aos ativistas, que começaram a se perguntar sobre os reais motivos por trás disso. Segundo um texto produzido pelo grupo:

“Revitalização significa trazer vida novamente. Em termos de planos urbanísticos, isso significa que determinada área da cidade está morta. Nada há ali que se possa aproveitar, logo pensa-se em construir uma nova região. O termo, por si só, demonstra a ignorância da cidade sobre as condições e existência do outro. Para os administradores públicos, os atuais moradores da região [central da cidade] não podem ser considerados como “vivos” por não representarem o que a máquina municipal precisa para aquele exato momento. Em outras palavras, atrapalham a venda da região para o mercado imobiliário.” (Baixo Centro, 2013)

¹⁵ Em outubro de 2015, o prefeito Fernando Haddad anunciou a compra do Edifício Prestes Maia, na região central de São Paulo. É um marco histórico para a luta dos movimentos populares por moradia. O imóvel foi adquirido e em seguida doado para a Caixa Econômica Federal para que possa servir ao programa Minha Casa Minha Vida. É uma rara iniciativa no cenário das políticas habitacionais de hoje no Brasil. Cf. “Prefeitura de SP compra edifício Prestes Maia por R\$ 22 milhões”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/prefeitura-de-sp-compra-edificio-prestes-maia-por-r-22-milhoes.html>, acesso em 12/02/2016.

Segundo a página do grupo essa conjuntura os levou a propor um festival livre para ocupar as ruas da cidade. Em 2012, organizaram um movimento contrário à essas práticas urbanísticas. Segundo a página do grupo, “se as ruas estavam em disputa (polícia x usuários de drogas; especulação imobiliária x o presente), era o momento para que as pessoas, todas, fossem para as ruas e entendessem os processos que a cidade estava passando” (baixocentro.org). O BxC elegeu o slogan “as ruas são para dançar”, demonstrando sua intenção de ocupar espaços públicos da região por meio de atrações artísticas e culturais. A dança foi escolhida pelo grupo como exemplo de ação imprevista e não programada e cujo caráter poético contrasta com a tônica de projetos para o centro de São Paulo, alegadamente marcados por uma lógica tecnocrática e financeira.

Foram realizadas duas edições do festival que englobaram centenas de atividades. A plataforma criada pelo grupo se converteu em um espaço de coletivização livre cujo horizonte é a produção de um evento contínuo capaz de promover interações entre as pessoas. Esse espaço surge da interação fluida de diferentes atores e que não estão necessariamente ligados à organizações específicas. São as pessoas, portanto, que precisam tomar à frente da situação pelo gesto de ocupar as ruas a ponto de contagiar de forma positiva as relações que nelas se mantém. Segundo Carpaneda (2014) uma forma de converter as experiências coletivas em algo menos regrado e mais propositivo.

O que pode-se entrever aqui é que, de modo geral, esses grupos de ativistas investem na independência de seus integrantes – que não possuem atribuição fixa determinada – e não concebem hierarquias rígidas na condução de suas ações (possivelmente contrariando a lógica centralizadora presentes nos projetos urbanos que procuram confrontar). Por meio de interferências nos lugares, os coletivos contribuem com o imaginário social e, por isso, para a transformação do real. Ressalta-se ainda que esses ativistas não são apenas “atores subordinados” desse processo (Scherer-Warren, 2005: 87), isto é, aqueles afetados diretamente no processo de urbanização aqui descrito – como é o caso, por exemplo, de famílias de sem teto que integram movimentos por moradia. Esse tipo de ativismo urbano reúne arquitetos, urbanistas, cientistas sociais, artistas, militantes etc.

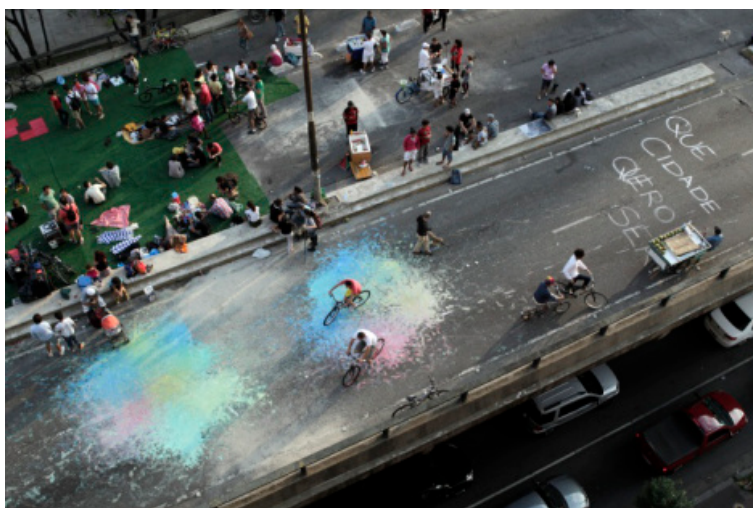


Figura 2. Festival Baixo Centro, edição 2013. Fonte: Tiago Queiroz (2013).

DESENHANDO DISSENSOS NO ESPAÇO PÚBLICO.

Por meio de suas ações, os ativistas procuram demonstrar que o PNL integra um universo de práticas urbanísticas em que se procura refazer o território sem considerar relações pré-existentes, em que se propõe uma cidade que não cabe nem no passado, nem no presente do bairro, mas que, a despeito disso, tenta colonizar seu futuro. Muitos dos embates ao longo do desenvolvimento do projeto foram travados “nas ruas” na forma de ações que reafirmam os espaços públicos como lugar do conflito e do dissenso.

A figura do dissenso (Rancière, 1996; Mouffe, 2012) surge como alternativa no cenário dessa cidade consensual, pois consideram as diferenças como pressupostos necessários para uma transformação justa da cidade. Mouffe (2014) sustenta e defende a possibilidade do dissenso e do agonismo ao mesmo tempo como prática e horizonte. São ações políticas que forjam um outro tipo de consenso, algo “conflitivo” e em constante transformação (Mouffe, 2014: 16). Segundo seu argumento, no cenário atual do neoliberalismo seus domínios se expandiram para os espaços públicos o que torna esse ativismo uma prática “contra-hegemônica” capaz de alterar sensivelmente os fluxos normalizantes impostos pelo consenso (ibid: 18) ¹⁶.

A abordagem de Mouffe (2013: 69) contempla várias formas de ativismo que emergiram recentemente na cena pública. Por meio de práticas interventoras críticas no espaço público, tenta fazê-los “agonísticos”. Mouffe (2014: 20) propõe a figura do agonismo em contraste à situação em que se crê não haver alternativas diante da ordem atual, apenas soluções já acomodadas no tecido social da democracia. O ativismo dos grupos que disputam a centro de São Paulo privilegia a dimensão antagonônica, o enfrentamento permanente entre contrários não conciliáveis e entendem os conflitos como pressupostos de qualquer interação política. Portanto, não se propõe administrar interesses circunstanciais, mas sim refletir continuamente sobre as maneiras de enfrentar as diferenças na cidade e sustentar oposições que possam se manifestar continuamente no espaço público (Mouffe, 2014: 30).

Movimentos de contestação como esses fazem uso de táticas que muitas vezes implicam em ressignificação do lugar pela manipulação estratégica, a subversão e a transgressão da vida cotidiana, além das relações sociais que representam – na cidade e além dela (Mayer, 2006). Nesse cenário complexificado, os nexos entre ativismo e cidade se desdobram e tecem novos sentidos para os conflitos urbanos, com ações dispersas resistentes ao artificialismo e à incompletude dos pactos sociais. As insurgências contra o modo de vida proposto pela cidade consensual recusam essa cidade moldada unicamente pelo mercado e podem ser tanto explosivas (como manifestações, passeatas ou ações ativistas) como prolongadas (por exemplo, as ocupações em edifícios). Nos dois casos, conjugam-se identidades esboçadas por valores e por percepções coletivas, sejam elas resultantes de ações organizadas ou espontâneas que nascem na conquista do território (Ribeiro, 2006).

As práticas urbanísticas no âmbito consensual envolvem elos mutáveis entre o capital e os mecanismos de gestão pública, gerando instrumentos e projetos que influenciam profundamente suas parcerias. Sugere-se que o objeto de crítica de ativistas não é propriamente o instrumento da

¹⁶ Traduzido e adaptado do original: “Une conception agonistique peut-elle permettre aux artistes de penser la nature de leurs interventions dans l’espace public? Quel peut être le rôle des pratiques artistiques et culturelles dans la lutte hégémonique? À l’ère du capitalisme postfordite, le champ culturel occupe une position stratégique car la production d’affects y joue un rôle de plus en plus importante. Parce qu’il est essentiel au processus de valorisation capitaliste, ce champ devrait constituer un lieu crucial d’intervention pour les pratiques contre-hégémoniques.”

concessão urbanística, mas a maneira como foi empregado: assim como em muitos casos, seguindo uma lógica que privilegia o enobrecimento urbano. No caso do PNL o que parece relativamente claro é que sua implantação promoveria a criação de zonas apartadas do conjunto urbano, espécies de apêndices mono-funcionais especializados para atrair turismo, moradores de classes médias-altas e comércio de alto padrão.

Segundo levantamento do BxC, entre 2005 e 2011 a valorização imobiliária na região de Santa Ifigênia, alvo do PNL, foi de 165%. Ressaltam ainda que quando se iniciaram as demolições ampliou-se sensivelmente a repressão aos moradores de ruas e usuários de drogas que circulam na região, reforçando o argumento de que a renovação deve vir a todo custo (Baixo Centro, 2013). A cidade proposta pelo PNL parece próxima ao que Rancière sugere, no âmbito político, como uma “máquina consensual”, isto é, um conjunto de ações que tenta fazer convergir as diferenças, e afirma haver apenas uma perspectiva encerrada na multiplicidade signos compartilhados na cidade (Rancière, 2005: 9-10)¹⁷.

O ativismo urbano desses coletivos não se submete ao desenho de forças que se apresenta nessa cidade que quer fazer existir um discurso único e coeso a seu respeito. Em vez disso, suas ações reafirmam que “há muitas maneiras de descrever o visível, o pensável e o possível” (Rancière, 2005: 11)¹⁸ sendo esta diversidade o princípio e a essência da política. O ativismo urbano na região central de São Paulo se manifesta por ações políticas nas ruas e sustentam o conflito como a única possibilidade de construção coletiva dos espaços públicos e reconhecimento mútuo na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este exercício de articulação entre ativismo e urbanismo mostra que os discursos dos ativistas, no caso do centro de São Paulo, identificam questões muito semelhantes tais como a falta de participação social, a influência excessiva de empresas e do capital privado na condução de projetos urbanos, a falta de atenção aos espaços públicos e outros mais. As falas dos ativistas encontram correspondência com várias críticas a respeito de uma cidade consensualizada, sintonizada à uma globalização homogeneizante, de de espaços espaços que atendem sobretudo à lógica do empresariamento urbano.

Os ativistas que atuam hoje na região central de São Paulo embora mobilizados por uma causa específica, O Projeto Nova Luz, confrontam propostas urbanas para situações semelhantes, remetendo assim a um conjunto muito variado de aspectos da vida social. Denunciam contradições nas práticas urbanísticas e por isso acabam criticando princípios de planejamento, leis urbanísticas, decretos governamentais etc. Trata-se de um ativismo difuso que se insere no quadro atual de lutas urbanas. São coletivos de maioria jovem que priorizam a independência em relação ao Estado e investem por princípios em ações autogestionárias e colaborativas. Também rejeitam hierarquias e acreditam na autonomia como meio de emancipação.

¹⁷ Tradução indireta do original: “[...] la machine consensuelle doit sans cesse retracer la frontière des espaces et la rupture des temps.” [...]“Le consensus dit qu’il n’y a qu’une réalité dont il faut épuiser les signes, qu’un seul espace, quitte à y retracer les frontières, qu’un seul temps, quitte à en multiplier les figures” (Rancière, 2005: 9-10).

¹⁸ Trecho original: “Ce qui doit disparaître sans reste dans ce jeu d’oppositions est la possibilité même d’un certain conflit: celui qui porte sur ce qu’il y a plusieurs manières de décrire ce qui est visible, pensable et possible. Cette autre manière a un nom. Elle s’appelle politique” (Rancière, 2005: 10).

No caso de São Paulo, a proposta de “reabilitação” do centro também conta com operações policiais que criminalizam usuários de drogas e a população de rua. Os ativistas alegam que esses projetos são conduzidos com o intuito de mudar o perfil do centro urbano, uma região com grande potencial de valorização imobiliária. O “Projeto Nova Luz” seria o coroamento de uma trajetória de propostas para o centro em que se observa: intervenções pontuais em edifícios e não no conjunto urbano como um todo; falta de tratamento dos espaços públicos; conversões de usos que pouco consideram as relações existentes entre moradores e comerciantes da região. Para os ativistas, o propósito de tais ações é fazer prosperar um ambiente de negócios urbanos com benefícios significativos para o capital privado.

Nos casos observados, suas ações apresentam novas perspectivas de envolvimento, não só de ativistas, mas de parte considerável de toda sociedade. Contrariando as narrativas apresentadas nessas práticas urbanísticas consensuais, o ativismo de grupos como o PI e o BxC integra uma miríade de ações coletivas desse ativismo urbano, configurando uma espécie de cidade insurgente conflitante com aquela que se apresenta nos discursos oficiais. Com isso, mostram que a dimesão urbana não está nunca acabada, sendo um processo de construção coletiva que sempre envolve diferenças e desigualdades e na impossibilidade de eliminá-las, os ativistas almejam ao menos que essas sejam reconhecidas e enfrentadas. Ao aturem nas ruas, ampliam os horizontes de construção de um futuro comum e de uma cidade mais digna para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 [2000], pp. 11-74.
- BORJA, Jordi. Movimientos urbanos y cambio político. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 43, n. 4, 1981, pp. 1341-1369.
- BOSCHI, R.; VALLADARES, Licia do Prado. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In BOSCHI, R. (org.) **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982, pp.103-143.
- BRITTO, Fabiana Dutra; JACQUES, Paola Berenstein. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 2, p. 337-350, Maio/Ago. 2009
- CARPANEDA, Luciana. Dimensões do lúdico no espaço público contemporâneo: controle e subversão. **Anais do III ENANPARQ**. São Paulo, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Madri: Siglo XXI, 1974.
- FARIAS FILHO, José. A. A Prática Urbanística Pertence ao Lugar. O urbanismo da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XX.. In: **Anais do XI Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**. Vitória: UFES, 2010. v. 1. p. 01-21.
- FELDMAN, Sarah; LEME, Maria Cristina da Silva. Nova Luz: a concessão ilimitada. In **Vitruvius. Minha Cidade**. Jun. 2009 Disponível em: vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.107/1846. Acesso em 13/11/2016.

- FERNANDES, Ana. Consenso do urbanismo e questões sobre a cidade. RUA. n. esp. - jul. 1999.
- FERREIRA, João Sette W. **São Paulo: o mito da Cidade-Global**. Tese de doutora-do. São Paulo: FAU-USP, 2003.
- GARCÉS, Marina. Barcelona, a laboratory for collective mobilization. **The Militant City**. 2012. Disponível em: themilitantcity.files.wordpress.com/2011/03/garces-bcn-laboratory.pdf. Acesso em: 18/02/2016.
- GENGHINI, Marco A. Projeto 'Nova Luz'(2005-2013): intervenção na propriedade privada e participação do poder econômico na requalificação urbana por meio da concessão urbanística. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**. V. 13 – n.24, 2013 pp. 37-51.
- JACQUES, Paola. B. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. In **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 110, jul. 2009. Disponível em: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41. Acesso em: 30 jan. 2016.
- KARA-JOSÉ, Beatriz. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010.
- LOGAN, John R.; MOLOTCH, Harvey L. **Urban Fortunes. The policial economy of place**. University of Califórina Press: Los Angeles, 2007 [1987].
- LOJIKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1981
- MARTINS, Maria Lucia Refinetti. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 59-72, Abr. 2011. Disponível em: scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12/02/2016.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópo-lis: Vozes, 2007 [2001].
- MARICATO, Ermínia; FERREIRA, João S. Whitaker. Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: Osório, L. (org.) **Estatuto da Cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, pp. 215-250, 2002.
- MAYER, Margit. Manuel Castells' The City and the Grassroots. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 30, 2006, pp. 202–206. Disponível em :10.1111/j.1468-2427.2006.00652.x. acesso em 23/04/2015.
- MOTISUKE, Daniela. **Reabilitação de áreas centrais: antagonismos e ambiguidades do programa paulistano ação centro**. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2008.
- _____. Contesting the Neoliberalization of Urban Governance. In LEITNER, H.; PECK, H.; SHEPPARD, S (orgs.). **Contesting neoliberalism: urban frontiers**. Nova Iorque: The Guildford Press, 2007, pp. 90-115.
- MOUFFE, Chantal; MIESSEN, Markus. **The Space of Agonism**. Berlim: Sternberg Press, 2012.

- _____. **Agonistique: penser politiquement le monde**. Paris: Beaux-arts de Paris éditions, 2014
- MOVIMENTO BAIXO CENTRO. **Programação do Festival Baixo Centro 2013**. São Paulo: os autores, 2013.
- _____. Baixocentro: O Grito dos Outros. **VIRUS**, São Carlos, n. 9 [online], 2013a. Disponível em: no-mads.usp.br/virus/_virus09/secs/carpet/virus_09_carpet_43_pt.pdf, Acesso em 17/03/2015
- POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL. **Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo**. São Paulo: autores, 2008.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996
- _____. **Chroniques des Temps Consensuels**. Paris: Editions du Sueil, 2005.
- _____. The Thinking of Dissensus: Politics and Aesthetics. In BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. **Reading Rancière. Critical Dissensus**. Londres: Continuum, 2011; pp. 1-17.
- RIBEIRO, Ana C. T. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, pp.235-250, 2000. Disponível em: bibliotecavirtu-al.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930072320/13ribeiro.pdf, acesso em 10/01/2015.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**, ano XV, n.2, 2001
- _____. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. In **OSAL, Observatório Social de América Latina**. Ano VII no. 21 set-dez 2006, pp.23-32.
- ROLNIK, Raquel. **Nova Luz; reflexões e alternativas ao projeto da prefeitura**. Dez. 2011. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/12/07/nova-luz-reflexoes-e-alternativas-ao-projeto-da-prefeitura/>, acesso em 02/02/2015.
- RUI, Taniele. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2012.
- SANCHÉZ GARCIA, Fernanda E. **Cidade espetáculo: Política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.
- SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SCHERER-WAREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa, Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARI-CATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 [2000], pp 75-103.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2001 [1998].